



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – SEMAM



LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO

Nº 003/2024

A Secretaria do Meio Ambiente – SEMAM, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3945 de 2016, Lei Complementar nº 57 de 2019, e Resolução CONSEMA nº 193 de 2022, com base no processo de licenciamento ambiental nº 15.870/2024 e parecer técnico nº 11/2024, concede a presente LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO à:

1. EMPREENDEDOR

Nome: PIRES HOTEIS E TURISMO LTDA.
Endereço: Rua 1500, nº 310, Centro, Sala A
CEP: 88.330-524 Município: Balneário Camboriú Estado: SC
CPF / CNPJ: 80.451.941/0003-42

2. PARA ATIVIDADE DE

Atividade: 71.11.02 – Atividades de hotelaria
Empreendimento: Pires Hotéis e Turismo LTDA.
Porte: Pequeno
Potencial Poluidor Geral: Médio

3. LOCALIZADA EM

Endereço: Rua 1500, nº 310, Centro
DIC: 21219
CEP: 88.330-524 Município: Balneário Camboriú Estado: SC
Coordenada Plana (UTM - SIRGAS 2000): (X): 734918,25 – (Y): 7012393,61

4. DA VIABILIDADE E INSTALAÇÃO

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, **autoriza a operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

5. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

- 5.1. Nome do Empreendimento: Pires Hotéis e Turismo LTDA.
- 5.2. Zoneamento Urbano: ZACC-I-C – Zona de Ambiente Construído Consolidada.
- 5.3. Descrição: Hotel com área total de 7.678,40 m², 123 leitos e 07 salas comerciais. População prevista de 154 pessoas, sendo 123 hóspedes e 31 colaboradores.
- 5.4. Necessidade de supressão vegetal: Não
- 5.5. Drenagem pluvial: Atendido pela rede pública de drenagem pluvial.
- 5.6. Efluentes sanitários: Atendido pela rede pública de coleta e tratamento de esgoto.
- 5.7. Resíduos Sólidos: Atendido pela empresa concessionária de coleta de resíduos sólidos do Município.
- 5.8. Abastecimento de água: Atendido pela rede de abastecimento pública.

6. PROGRAMAS AMBIENTAIS

- 6.1. PGRS – Programa de Gerenciamento de Resíduos Domésticos.
- 6.2. Programa de Operação e Manutenção do Sistema de Drenagem Pluvial e Esgoto.

7. RESPONSABILIDADES TÉCNICAS

7.1. ART nº 9205984-3

Responsável técnico: Patrick Soares (CREA 120720-0)

Atividades: Controle ambiental; Controle à poluição dos recursos naturais.

8. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS E CONDICIONANTES

8.1. A presente Licença de Operação refere-se à operação de atividade de hotelaria e não dispensa nem substitui Alvarás, Autorizações e/ou Certidões de qualquer natureza exigidos pela Legislação Federal, Estadual e/ou Municipal.

8.2. O empreendedor é o responsável pelo cumprimento das condições e restrições dispostas na Licença Ambiental, devendo ser mantida cópia desta no local da atividade.

8.3. As atividades desenvolvidas na área deverão ser conduzidas em cumprimento às Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde do Trabalho e demais normas aplicáveis ao ambiente, nos termos da legislação trabalhista brasileira.

8.4. O empreendimento deverá operar conforme a legislação sanitária e de segurança exigidas pelos órgãos competentes.

8.5. O empreendedor deverá manter o Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (APPCI) vigente em local visível e de fácil acesso, quando couber.

8.6. O empreendedor deverá manter atualizadas as cópias de Licença de Operação de empresas que vierem a executar serviços de coleta/transporte/disposição/tratamento de resíduos/efluentes/emissões para o estabelecimento.

8.7. O armazenamento de reagentes, produtos, insumos e resíduos deverá respeitar a legislação vigente e normas técnicas adequadas.

8.8. Quanto aos resíduos sólidos:

8.8.1. O empreendedor deverá manter o Programa de Gerenciamento de Resíduos Domésticos (PGRS), com segregação dos resíduos em recicláveis e não-recicláveis.

8.8.2. Para a implantação desse programa deve ser realizada uma campanha informativa e de educação ambiental para os hóspedes, no sentido de orientá-los sobre os procedimentos e cuidados a serem adotados para o gerenciamento adequado dos resíduos sólidos domésticos.

8.8.3. Os resíduos inorgânicos recicláveis deverão ser encaminhados para a coleta seletiva municipal.

8.8.4. As lixeiras devem estar em local de fácil acesso, na área externa do edifício, de acordo com a NBR 11174:1990, com pavimentação, proteção contra intempéries, e segurança para evitar acesso de pessoas estranhas.

8.8.5. Deve haver local específico para separação de resíduos Classe 1, devidamente identificado, ficando a cargo do hotel destinar adequadamente esses resíduos.

8.8.6. O hotel deve realizar palestras com os funcionários e destinar adequadamente eventuais resíduos perigosos gerados na fase operação.

8.8.7. As instalações deverão ser mantidas em boas condições de higiene, evitando a proliferação de vetores e parasitas.

8.9. Quanto ao uso da água e geração de efluentes:

8.9.1. Este documento não autoriza a perfuração ou utilização de poços para captação de água.

8.9.2. Deverão ser dispostos, nas áreas comuns do empreendimento, informativos sensibilizando os moradores sobre a correta utilização da água, incentivando sua racionalização.

8.9.3. O empreendimento deverá estar de acordo com o Programa Municipal de Conservação e Uso Racional da Água em Edificações, assim como o disposto na Lei Municipal nº 3533/2012.

8.9.4. Os efluentes sanitários gerados deverão ser encaminhados à rede pública de coleta da EMASA.

8.9.5. As caixas de gordura deverão ser limpas periodicamente, sendo que o empreendedor deverá manter cópia dos certificados das limpezas realizadas.

8.9.5. As notas fiscais de serviços terceirizados de manutenção, como a destinação dos efluentes da caixa de gordura (trimestral), devem ser mantidos em arquivo por um período de 5 (cinco) anos para fins de fiscalização.

8.10. Quanto à drenagem pluvial:

8.10.1. Deverão ser mantidas de forma continuada as medidas citadas no Programa de Operação e Manutenção do Sistema de Drenagem Pluvial.

8.11. Deverão ser apresentados relatórios anuais (protocolo até último dia útil do mês de novembro de cada ano) contendo comprovações da execução dos planos e programas descritos nesta licença.

8.12. Em caso de emergência, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado.

9. CONDIÇÕES GERAIS

- 9.1. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência da SEMAM.
- 9.2. A SEMAM, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
 - A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
 - Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.
- 9.3. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual nº 14.675/09, artigo 42.
- 9.4. Retificações e recursos administrativos relativos à presente licença devem ser encaminhados à SEMAM no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

PRAZO DE VALIDADE

(48) meses, a contar da data da assinatura.

Declaro que as informações constantes nesta Licença são verdadeiras e autênticas.

Balneário Camboriú,	5	abril	2024
Local	dia	Mês	Ano

Eduarda Montibeller Schuch
Secretária Interina de Meio Ambiente – Portaria nº 30.215/2023
Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú

OBSERVAÇÕES

- I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
- II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
- III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
- IV. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada à SEMAM sob pena de o empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade/empreendimento licenciado por este documento.